

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que às 10h do dia 31 de janeiro de 2018, no Centro Administrativo – Divisão de Licitações, localizado na Prefeitura Municipal de Candelária – Av. Pereira Rêgo, nº 1665, fundos, sala 08, se reunirá com a finalidade de receber propostas para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DO PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO – PPCI, PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.

Poderão participar as empresa do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Candelária, ou que apresentarem toda a documentação, necessária para o cadastro até o terceiro dia anterior ao afixado para o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta.

1 – OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DO PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO – PPCI, PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, conforme especificado abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DO PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO – PPCI, PARA 12 ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (CONFORME ANEXO V).

1.2. Os serviços deverão atender as normas vigentes, devendo a contratada encaminhar e acompanhar o processo dos PPCI junto ao Corpo de Bombeiros até a emissão e entrega do Certificado de Aprovação de PPCI, na Secretaria Municipal de Educação.

2 – DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

2.1. Os documentos necessários para a habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, em dois envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como o nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/18
ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/18
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

3- DA HABILITAÇÃO

Para a habilitação, o licitante deverá apresentar no envelope nº 1, os seguintes documentos:

3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores com respectivo mandato;

3.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

3.1.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União).

3.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

3.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

3.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.3.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

3.4. OUTROS DOCUMENTOS:

3.4.1. Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

3.4.2. Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

3.4.3. Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.

3.4.4. Declaração, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

3.4.5. As cooperativas que tenham auferido no ano calendário, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no artigo 34, de Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

3.4.6. Comprovante do registro ou inscrição da empresa na entidade profissional – CREA/CAU.

3.4.7. Certidão de registro do responsável técnico da empresa proponente junto ao CREA/CAU.

3.4.8. Prova de que a empresa possui no quadro funcional permanente profissional (is) de nível superior (arquiteto ou engenheiro). No caso desse profissional ser empregado, a comprovação se dá mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no caso de prestador de serviços, através de contrato de prestação de serviços.

3.4.9. Atestado fornecido pelo órgão licitante, que a empresa vistoriou os locais onde serão prestados os serviços, tendo pleno conhecimento do local do serviço e de suas condições, assinada pelo responsável técnico da empresa proponente, pela qual reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual do objeto deste edital, bem como serem perfeitamente exequíveis conforme os quantitativos e preços propostos (ANEXO V).

3.4.9.1. As empresas interessadas deverão agendar visita técnica, junto a Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Thompson Flores, nº 385, em Candelária, em horário de expediente, através do telefone 0xx51-3743-2851 o 0xx51 - 37438145.

OBSERVAÇÕES:

3.5. A microempresa e a empresa de pequeno porte e as cooperativas que atenderem aos itens 3.4.4 e 3.4.5 que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nos item 3.2.1 e 3.2.2 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.6. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.7. O prazo de que trata o item 3.5 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.8. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.5, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 10, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4 – DA PROPOSTA

4.1. O envelope nº 2 deverá conter:

4.1.1. Proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o **valor por escola** e o **valor global** para execução do serviço, onde deverão estar incluídos todos os custos com material e mão-de-obra.

OBSERVAÇÕES:

4.2. Não serão aceitas propostas cujos valores sejam cotados com mais de duas casas decimais após a vírgula.

4.3. Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.

4.4. Não serão consideradas as propostas cujas condições estejam em desacordo com o solicitado no edital.

4.5. A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura da Tomada de Preços.

4.6. Quaisquer inserções na proposta, que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão legal no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4.7. APÓS A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, NÃO SERÁ ACATADO QUALQUER PEDIDO DE CANCELAMENTO DE ITEM, SEJA POR MEIO DE E-MAIL, FAX, OU QUALQUER OUTRO MEIO, COM JUSTIFICATIVA QUE HOUVE ERRO DE DIGITAÇÃO.

5 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. Esta licitação é do tipo *menor preço* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o **menor preço global** para a execução do serviço.

5.2. Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos a serem utilizados nas obras.

5.2.1. Os valores de dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados na obra, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.

5.3. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

6 – CRITÉRIO DE DESEMPATE

6.1. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.1.1. Verificado o empate entre 02 (duas) ou mais proponentes que apresentarem a mesma proposta de preço, a Comissão de Licitação realizará em sessão pública, um sorteio entre as Licitantes com propostas de preços empatadas.

7 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Somente serão aceitas as propostas cujo preço ofertado não seja superior ao da Planilha de Quantitativo Unitário (ANEXO IV).

7.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como os preços serem superestimados ou inexequíveis.

8 – DOS RECURSOS

8.1. Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas no art. 109 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

9 – DOS PRAZOS

9.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor, para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

9.2. O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo do item 9.1.

9.3. Se dentro do prazo, o 1º colocado não assinar o contrato, será convocada a empresa proponente que obteve a 2ª colocação, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, no mesmo momento a Administração notificará a empresa que não assinou o contrato, para que apresente as justificativas da desistência, julgando-as aceitas ou não para fins de aplicação das devidas sanções, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.4. O prazo para início da execução dos serviços será de 30 (trinta) dias a contar do dia posterior à assinatura do contrato.

9.5. O prazo de vigência do contrato, considerando a elaboração do projeto, e entrega do Certificado de Aprovação de PPCI na Secretaria de Educação será de 06 (seis) meses, contados do dia posterior à assinatura, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, se necessário, mediante pedido devidamente justificado.

10 – DAS PENALIDADES

10.1. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

10.2. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.3. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

11 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. O pagamento será efetuado à vista, conforme a conclusão do serviço, por escola, por intermédio da Tesouraria do Município, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura e entrega do **Certificado de Aprovação do PPCI** à Secretaria Municipal de Educação.

11.1.1. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da Tomada de Preços, número da nota de empenho e dados bancários atualizados, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

11.2. Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados na prestação dos serviços.

11.3. Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

11.4. A fiscalização do contrato será de responsabilidade da servidora ANDRÉA BERLE.

12- REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO

12.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

12.2. No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os gastos da presente licitação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 05 002 2036 339039 vinc 20.

14 – DO CADASTRO DE FORNECEDORES

14.1. Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Candelária, ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento dos envelopes.

14.2. Os documentos necessários para o cadastro são:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de

sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores com respectivo mandato; registro comercial, no caso de empresa individual.

- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011.
- g) Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.
 - é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.
 - licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.
- h) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.
- i) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.
- j) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.
- l) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.

14.3. Os interessados que já têm cadastro nesta Prefeitura, devem atualizar o mesmo, no prazo do item 14.1.

15- DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

15.2. Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

15.3. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

15.4. Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

15.5. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

OBSERVAÇÃO: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

15.6. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo à habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

15.7. Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o *site* www.candelaria.rs.gov.br de acordo com a Lei nº842 de 10 de maio de 2013.

15.8. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.9. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

15.10. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.11. A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.12. Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

15.3. Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III – Modelo declaração de que atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93;

Anexo IV -Termo de Referência.

Anexo V – Relação das Escolas.

Anexo VI – Atestado de Vistoria.

Anexo VII – Minuta do contrato.

15.14. Quaisquer informações decorrentes de interpretação do Edital deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Candelária, na Divisão de Licitações, sito na Avenida Pereira Rego, nº 1665, sala 08, ou pelos e-mails licitacoes@candelaria.rs.gov.br e licitacoes2@candelaria.rs.gov.br, no horário de expediente, das 8h às 11h 30min e das 13h 30 min às 17h, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes. Cópias do edital poderão ser obtidas através do *site* www.candelaria.rs.gov.br.

Candelária, 08 de janeiro de 2018.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

Este Edital de Tomada de Preços nº 01/2018 foi revisado em 11 de janeiro de 2018 e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

TANAELA ELLWANGER MULLER
Subprocuradora do Município
OAB/RS Nº 86.371

FRANCIÉLE SCHRÖDER
Assessora Jurídica
OAB/RS Nº 95.508

ANEXO I

MODELO: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da(modalidade da licitação) nºque a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....
(data)

.....
(nome)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 9º

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins do
.....(modalidade da licitação) nºque a empresa
.....atende ao disposto
no art. 9º da Lei 8.666/93.

.....
(data)

.....
(representante legal)

ANEXO IV

PLANILHA DE QUANTITATIVO UNITÁRIO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DO PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO – PPCI, PARA 12 ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

Nº	ESCOLA	VALOR DE REFERÊNCIA
1	EMEI Zenith Heinze	R\$ 3.740,00
2	EMEI Dona Tereza	R\$ 4.166,66
3	EMEF São Paulo	R\$ 4.361,00
4	EMEF Christiano A. Graeff	R\$ 4.166,33
5	EMEF São João B. de La Salle	R\$ 3.989,33
6	EMEF Rodolfo Jacob Gewehr	R\$ 1.250,00
7	EMEF Duque de Caxias	R\$ 1.308,33
8	EMEF Jacob Kaercher	R\$ 1.230,00
9	EMEF Emílio Jacobi	R\$ 1.239,00
10	EMEF Fábio dos Santos	R\$ 1.244,66
11	EMEF Dr. Middendorf	R\$ 1.223,33
12	EMEF Max Sperling	R\$ 1.353,33
	TOTAL	R\$ 29.271,97

ANEXO V

RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Nº	ESCOLA	LOCALIDADE	DISTÂNCIA DA SEDE	ÁREA M²
1	EMEI Zenith Heinze	Rua Botucaraí, 1899 - Bairro Ewaldo Prass	Sede	984,10
2	EMEI Dona Tereza	Rua Amândio Silva, 870 - Bairro Rincão Comprido	Sede	1.148
3	EMEF São Paulo	Linha do Rio	15 km	1.420,21 + Ginásio de 1.205,62m²
4	EMEF Christiano A. Graeff	Rua Botucaraí, 1889 - Bairro Ewaldo Prass	Sede	1.270+ quadra coberta (662,15m²)
5	EMEF São João B. de La Salle	Rua da Lagoa, 200 - Vila Marilene	Sede	1353,52
6	EMEF Rodolfo Jacob Gewehr	Travessão Schoenfeldt	23km	119,38 m²
7	EMEF Duque de Caxias	Palmital	23km	170,97 m²
8	EMEF Jacob Kaercher	Alto da Légua	32km	105,70 m²
9	EMEF Emílio Jacobi	Três Pinheiros	29km	121,50 m²
10	EMEF Fábio dos Santos	Sesmaria do Pinhal	11 km²	137,60 m²
11	EMEF Dr. Middendorf	Arroio Lindo	29km	105,95 m²
12	EMEFTMax Sperling	Linha do Salso	14km²	187,96 m²

ANEXO VI

ATESTADO DE VISTORIA
TOMADA DE PREÇO Nº 01/18

DADOS DA EMPRESA

NOME: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

Na qualidade de Responsável Técnico da empresa acima descrita, declaro ter vistoriado o local onde será prestado o serviço, e reconheço ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual do objeto deste edital, bem como serem perfeitamente exequíveis conforme os quantitativos e preços propostos.

Candelária, ____ de _____ de ____.

Nome Responsável Técnico da Empresa
CPF:

Sec. Municipal de Educação

ANEXO VII

CONTRATO Nº /2018 - MINUTA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DO PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO – PPCI, PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 87.568.911-0001-06, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado _____, empresa situada na _____, em _____, CNPJ nº _____, representada neste ato por _____, portador do CPF nº _____, doravante denominada, simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com a Tomada de Preços nº 01/18 e Lei nº 8.666/93 e nos termos e cláusulas a seguir descritas:

DO OBJETO E DO VALOR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Pelo presente contrato, a Contratada se obriga a realizar a Elaboração dos Projetos do Plano de Prevenção e Combate a Incêndio – PPCI, para 12 escolas da Rede Municipal de Ensino, abaixo relacionadas:

Nº	ESCOLA	LOCALIDADE	ÁREA M²	VALOR
1	EMEI Zenith Heinze	Rua Botucaraí, 1899 - Bairro Ewaldo Prass	984,10	
2	EMEI Dona Tereza	Rua Amândio Silva, 870 - Bairro Rincão Comprido	1.148	
3	EMEF São Paulo	Linha do Rio	1.420,21 + Ginásio de 1.205,62m ²	
4	EMEF Christiano A. Graeff	Rua Botucaraí, 1889 - Bairro Ewaldo Prass	1.270+ quadra coberta (662,15m ²)	
5	EMEF São João B. de La Salle	Rua da Lagoa, 200 - Vila Marilene	1353,52	
6	EMEF Rodolfo Jacob Gewehr	Travessão Schoenfeldt	119,38 m²	
7	EMEF Duque de Caxias	Palmital	170,97 m²	

8	EMEF Jacob Kaercher	Alto da Légua	105,70 m²	
9	EMEF Emílio Jacobi	Três Pinheiros	121,50 m²	
10	EMEF Fábio dos Santos	Sesmaria do Pinhal	137,60 m²	
11	EMEF Dr. Middendorf	Arroio Lindo	105,95 m²	
12	EMEFS Max Sperling	Linha do Salso	187,96 m²	

Perfazendo o total de R\$ _____ (_____).

DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA fará jus ao valor total de R\$ _____ (_____), que será efetuado à vista, conforme a conclusão do serviço, por escola, por intermédio da Tesouraria do Município, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura e entrega do **Certificado de Aprovação do PPCI** à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Primeiro: Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados na prestação dos serviços.

Parágrafo Segundo: Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

Parágrafo Terceiro: Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

Parágrafo Quarto: No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

DA EXECUÇÃO:

CLÁUSULA TERCEIRA – O início da execução dos serviços deverá ocorrer em no máximo 30 dias a contar do dia posterior à assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - Os serviços deverão atender as normas vigentes, devendo a contratada encaminhar e acompanhar o processo dos PPCI junto ao Corpo de Bombeiros até a emissão e entrega do Certificado de Aprovação de PPCI, na Secretaria Municipal de Educação.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

CLÁUSULA QUINTA – O prazo de vigência do contrato, considerando a elaboração do projeto, e entrega do Certificado de Aprovação de PPCI à Secretaria Municipal de Educação será de 06 (seis) meses, contados do dia posterior à assinatura, com

possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, se necessário, mediante pedido devidamente justificado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

CLÁUSULA SEXTA - O pagamento previsto na Cláusula Segunda será consignado no Orçamento vigente sob a seguinte rubrica: 05 002 2036 3339039 vinc. 020.

CLÁUSULA SÉTIMA – Conforme o art. 40, XIV, alínea “c”, da Lei nº 8.666/93, a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, se dará através da aplicação do IGPM.

DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES:

CLÁUSULA OITAVA - Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

CLÁUSULA NONA - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

Parágrafo Primeiro: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

Parágrafo Segundo: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Terceiro: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na execução da obra ou aplicação do material previstos nos anexos do objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções na obra, o contratado disporá de um prazo de 3 (três) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

DA FISCALIZAÇÃO:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A fiscalização do contrato ficará a cargo da servidora ANDRÉA BERLE.

PARÁGRAFO ÚNICO: A contratada fica obrigada a manter preposto, aceito pelo contratante, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato, na forma do art. 68 da Lei 8.666/93.

DOS ANEXOS:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Fazem parte integrante desse contrato, independente de reprodução, a proposta apresentada pela Contratada, bem como a Tomada de Preços nº 01/18 e seus anexos.

DO FORO:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Quaisquer dúvidas, que em razão do Contrato venham a surgir entre as partes contratantes, serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma perante duas testemunhas.

Candelária,..... de de 2018.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

.....
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Ass.:

Nome:

RG:

Ass.: